



# Prefeitura Municipal de Castro

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04 /2022

**SÚMULA:** Altera a redação do artigo 65 e inclui o artigo 65-A na Lei Complementar nº 13/2007.

**Art. 1º** O artigo 65 e seu Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 13/2007 – Estatuto dos Servidores Municipais – passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 65.** Será concedido Adicional de Periculosidade, na proporção de 30% sobre seus vencimentos, aos servidores que:

I – trabalham em atividades que exijam contato habitual e contínuo com explosivos, inflamáveis, radiação e eletricidade;

II – integrem serviço de segurança pública regulamentado, em que seja permitido o uso de armas.”

**Parágrafo Único.** A concessão do adicional de que trata o *caput* está condicionada ao reconhecimento da periculosidade, por perícia técnica e emissão do respectivo laudo, nos termos de Regulamento a ser fixado por Decreto do Poder Executivo.”

**Art. 2º.** A Lei Complementar nº 13/2007 – Estatuto dos Servidores Municipais – passa a vigorar com o acréscimo do artigo 65-A e Parágrafo Único, com a seguinte redação:

**“Art. 65-A.** Será concedida Gratificação de Risco Pessoal, na proporção de 30% sobre seus vencimentos, aos servidores que:

I – exerçam atividades consideradas de risco pessoal;



# Prefeitura Municipal de Castro

II – estejam expostos a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança patrimonial.

**Parágrafo Único.** A concessão da gratificação de que trata o *caput* está condicionada ao preenchimento das condições fixadas por Decreto do Poder Executivo.”

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro, em 08 de novembro de 2022.

**ÁLVARO TELLES**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



# Prefeitura Municipal de Castro

## JUSTIFICATIVA

### AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 65 E INCLUI O ARTIGO 65-A NA LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2007.

Senhores Vereadores,

Este Projeto de Lei Complementar tem por objetivo promover alterações na caracterização de atividades perigosas e pagamento de vantagem econômica decorrente, em razão da implementação do e-social a partir do exercício de 2023.

Na atual formatação do benefício, previsto no artigo 65 da Lei Complementar nº 13/2007, haverá inconsistências no sistema do e-social, visto que as atividades de “risco pessoal” e de “vigilância patrimonial” (incisos III e IV da redação original), já reconhecidas como perigosas pela legislação municipal, não encontram correspondência exata na Norma Regulamentadora NR-16, do Ministério do Trabalho.

Ou seja, sem a alteração prevista nesta Lei, seria necessário interromper o pagamento da vantagem pecuniária a vários servidores municipais, ocupantes dos cargos de guarda patrimonial, agentes fiscais e orientadores de trânsito, entre outros.

Note-se que este Projeto não cria qualquer vantagem pessoal, apenas “desmembra” a anterior “Gratificação de Periculosidade” em duas novas categorias, quais sejam, “Adicional de Periculosidade” (vinculado à NR-16) e “Gratificação de Risco Pessoal” (a critério do Executivo Municipal), de sorte que não existe qualquer impacto financeiro ou orçamentário.

Em síntese, a alteração legislativa permitirá a manutenção do pagamento dos benefícios já concedidos, a fim de evitar prejuízo salarial aos servidores, que já recebem a “gratificação de periculosidade” instituída em 2014.

Pelo exposto, considerando que a alteração legislativa busca simplesmente a adequação a novo regulamento federal, espera a aprovação deste Projeto na forma em que se encontra.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro, em 09 de novembro de 2022.

**ÁLVARO TELLES**  
**PREFEITO MUNICIPAL**